

Relatório e Contas  
**2016**

SOCIEDADE GESTORA  
DOS FUNDOS DE PENSÕES  
DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.



## **I. Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**

## **II. Composição dos Órgãos Sociais**

## **III. Relatório do Conselho de Administração**

### **1. Atividade Desenvolvida em 2016**

### **2. Carteira de Ativos da Sociedade Gestora**

### **3. Situação Patrimonial**

### **4. Gestão de Risco**

### **5. Compliance**

### **6. Margem de solvência**

### **7. Situação Perante a Segurança Social e o Estado**

### **8. Proposta de Aplicação de Resultados**

### **9. Nota Final**

## **IV. Demonstrações Financeiras**

### **Balanço**

### **Demonstração dos Resultados por Natureza**

### **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

### **Demonstração de Fluxos de Caixa**

### **Anexo ao Balanço e às Demonstrações dos Resultados**

## **V. Certificação Legal de Contas**

## **VI. Parecer do Fiscal Único**



I

II

III

IV

V

VI

## **I** Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

- O Banco de Portugal, com uma participação que, a 31 de dezembro de 2016, correspondia a 97,85% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia, na mesma data, a 2,15% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2016:

- O Ativo da Sociedade ascendia a 3.467.800,35 euros;
- O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 3.314.351,72 euros;
- O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.844.169.648,80 euros, correspondendo 1.818.648.066,94 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 25.521.581,86 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida.

## **II** Composição dos Órgãos Sociais

### **Assembleia Geral**

**Presidente** Armando da Silva Couto

**Secretário** Elias Martins Vaz

### **Conselho de Administração**

**Presidente** José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

**Administrador** Hélder Manuel Sebastião Rosalino

**Administrador Delegado** Norberto Emílio Sequeira da Rosa

### **Fiscal Único**

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes

### **Suplente do Fiscal Único**

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

# Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao período de 2016.

## 1. Atividade desenvolvida em 2016

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes aos planos de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

Em 2016 merecem destaque:

- o ajustamento operado na política de investimento do Fundo de Pensões de Contribuição Definida. Na sequência de um estudo de benchmarking que incidiu sobre a composição das carteiras dos Fundos de Pensões de Contribuição Definida portugueses e respetivas rentabilidades e níveis de risco assumidos, foi efetuada uma revisão das Normas Orientadoras da Política de Investimento do FPCD, que se traduziu numa flexibilização dos limites aplicáveis aos investimentos em instrumentos expostos ao risco acionista, dívida privada e dívida de emitentes com menor qualidade creditícia. Com base nesta revisão, procedeu-se à reestruturação das carteiras do FPCD visando um realinhamento do binómio risco/retorno deste Fundo. O aumento da exposição das carteiras do FPCD às classes de ativos referidas permitiu alcançar, em 2016, uma maior rentabilidade.

- a manutenção de um elevado grau de solvência do Fundo de Pensões de Benefício Definido (FPBD). Num contexto particularmente adverso caracterizado por uma descida pronunciada das taxas de juro relevantes para o cálculo do nível da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial deste Fundo, verificou-se um crescimento expressivo do valor das suas responsabilidades. Não obstante, foi possível manter o nível de financiamento do Fundo claramente acima de 100%, devido ao desempenho evidenciado pela gestão de ativos, que refletiu a orientação da política de investimentos para a cobertura dos riscos inerentes às responsabilidades (liability driven investment).

- a melhoria dos processos globais de eficiência operacional, controlo de custos, gestão de risco e controlo interno. A atividade da SGFP esteve particularmente focada, em 2016, na mitigação do risco operacional, em diversas vertentes. Na vertente de continuidade de negócio, destaca-se a aprovação e operacionalização do Plano de Continuidade de Negócio. Na área de tecnologias e sistemas de informação prosseguiu a implementação de processos e sistemas com o objetivo de mitigação de risco, de onde se destacam o reforço nas componentes de segurança para acessos a sistemas e dados, a celebração de Protocolos com o Banco de Portugal, e ainda a consolidação de automatismos entre sistemas. Na vertente de sistemas de pagamentos, merece referência o aumento da segregação de funções suportado por uma reconfiguração das plataformas de suporte à atividade e a adoção de princípios de delivery versus payment na realização de operações cambiais.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi distinguida em 2016 pela World Finance, revista internacional focada em temas de Economia e Finanças, como a melhor gestora de ativos em Portugal em 2016.

## 2. CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos própria, cujo valor contabilístico era, em dezembro de 2016, de cerca de 2,9 milhões de euros.

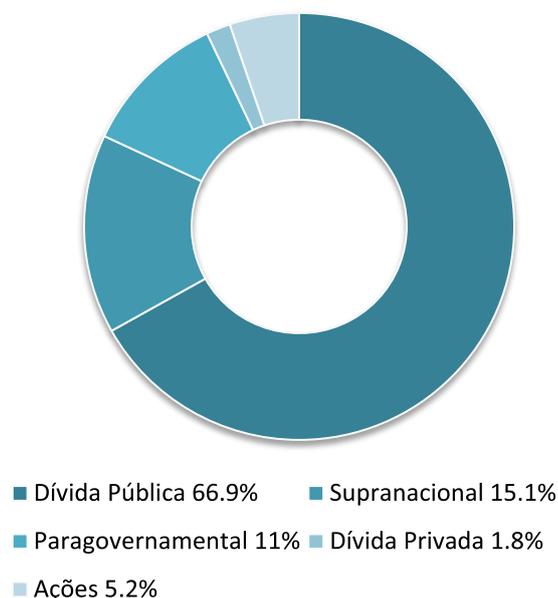
### 2.1. ESTRUTURA POR CLASSE DE ATIVO

Em 2016, procedeu-se ao aumento do grau de diversificação da carteira de ativos. A exposição a dívida pública atingiu, em média, 66,9%, menos 11,1 p.p. do que em 2015. A exposição a dívida supranacional e paragovernamental foi aumentada, tendo atingido, em média, respetivamente 15,1% e 11,0%, níveis que traduzem acréscimos face aos registados em 2015 de 9,3 p.p. e de 2,0 p.p.. Em 2016, foi criada uma exposição a dívida privada, que atingiu, em média 1.8% do valor total da carteira de ativos. A exposição da carteira ao mercado acionista atingiu em 2016, um nível médio de 5,2%, inferior em 2.p.p. ao registado em 2015, e resultou, na sua totalidade, do investimento em exchange traded funds que replicam o desempenho de índices acionistas de referência.

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira encontrava-se investida em dívida pública ( 66.9%) dívida supranacional ( 15.1%)dívida paragovernamental (11%), dívida privada ( 1.8%) e fundo de investimento em ações ( 5.2%).

### Gráfico 1

Exposição média por classe de ativo em 2016

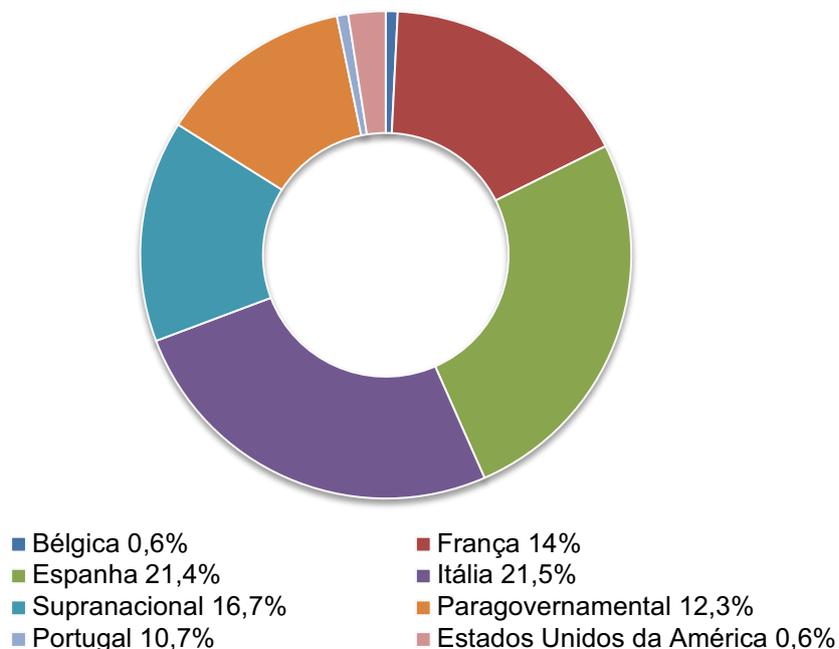


## 2.2 REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA

A componente obrigacionista da carteira apresentou uma elevada diversificação por emitente, ainda que com uma concentração significativa na área do euro.

### Gráfico 2

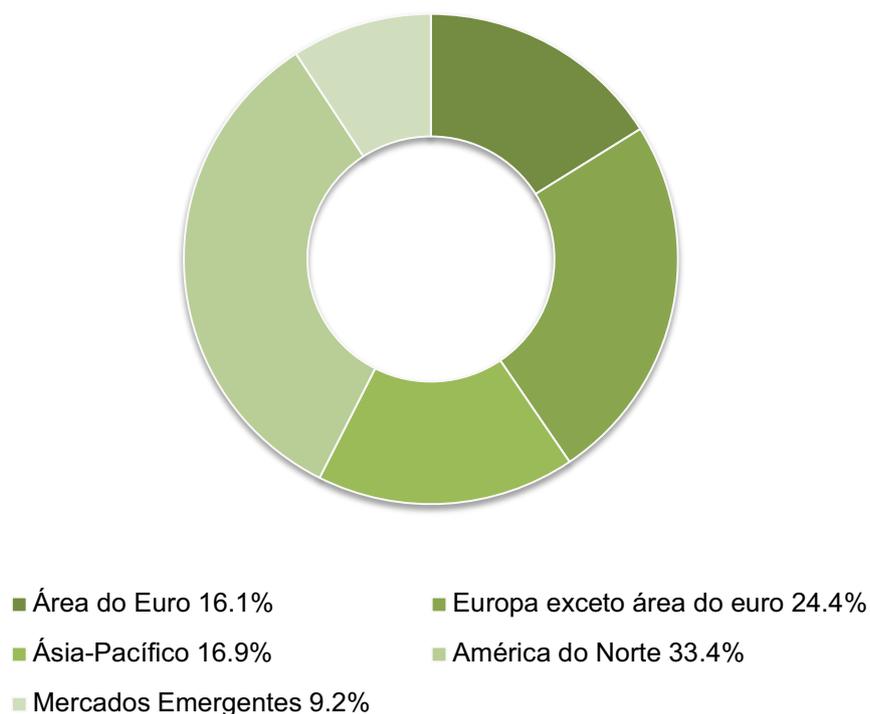
Exposição média da componente obrigacionista em 2016



A componente acionista da carteira manteve, em 2016, uma elevada exposição por blocos geográficos.

### Gráfico 3

Exposição média da componente acionista por área geográfica em 2016



### 2.3. VALUE-AT-RISK

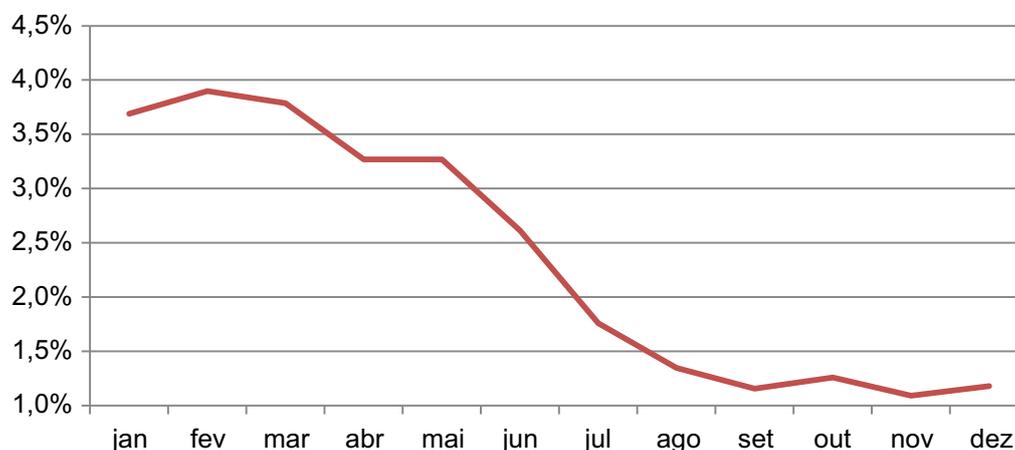
O risco de redução do valor dos ativos decorrente de movimentos de mercado é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 ano para um nível de confiança de 95%.

Esta medida de risco corresponde, em cada momento, à redução do valor dos ativos, em pontos percentuais, que se estima ter uma probabilidade de 5% de ser ultrapassada no horizonte temporal de 1 ano, no pressuposto de estabilização da composição da carteira.

A evolução, em 2016, do *Value-at-Risk* da carteira refletiu sobretudo alterações verificadas na volatilidade dos mercados acionistas e os ajustamentos observados na exposição da carteira àquela classe de ativos.

#### Gráfico 4

*Value-at-Risk* anual a 95% em 2016



### 2.4. DURAÇÃO MODIFICADA

O grau de sensibilidade dos ativos a variações de taxas de juro é avaliado com base na duração modificada.

Em 2016, este indicador situou-se, em termos médios em 1,5 e a 31 de dezembro em 1,6, níveis que traduziram uma reduzida sensibilidade do valor da carteira de dívida a variações de taxa de juro.

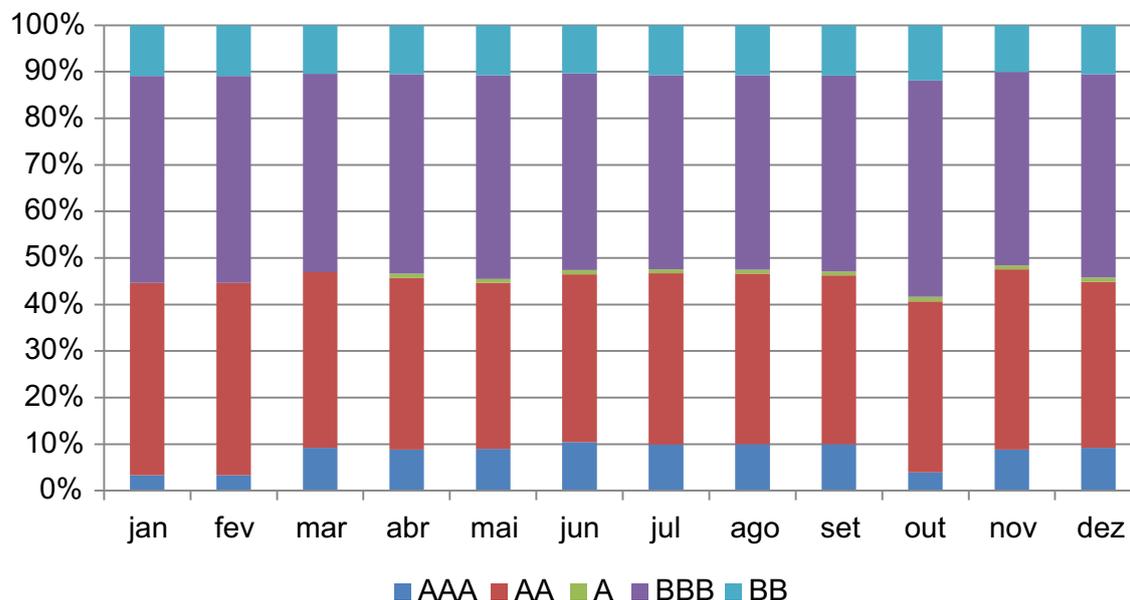
### 2.5. ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR RATING

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas principais agências financeiras internacionais de referência, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

Durante o ano de 2016, a componente obrigacionista da carteira da Sociedade Gestora apresentou uma preponderância da exposição a emissões com *rating* BBB (em média, 43,9% do valor da componente de obrigações) e com *rating* AA (em média, 37,0% do valor da componente de obrigações).

## Gráfico 5

### Composição da componente de obrigações por *rating*



### 2.6. CREDIT VALUE-AT-RISK E PROBABILIDADE DE DEFAULT

O acompanhamento da exposição da carteira ao risco de crédito é efetuado por recurso ao *Credit Value-at-Risk* a 95% a 1 ano e à probabilidade de *default* média da carteira de dívida pública.

O *Credit Value-at-Risk* traduz a perda máxima de valor da carteira expectável no horizonte de 1 ano, para um nível de confiança de 95% e, no pressuposto de que a sua composição se mantém inalterada, decorrente de alterações da qualidade creditícia dos emitentes nela representados.

O *Credit Value-at-Risk* a 1 ano da componente de obrigações situava-se, a 31 de dezembro, em 0,32%.

A probabilidade de *default* média da carteira de dívida pública é a média ponderada das probabilidades de *default* dos emitentes soberanos representados na carteira para o prazo de 1 ano extraídas das cotações dos *Credit Default Swaps*.

A probabilidade de *default* média a 1 ano da componente de dívida pública era, a 31 de dezembro, de 0,7%, tendo registado uma subida ao longo de 2015, em resultado da reavaliação em alta, pelos investidores, do risco de crédito atribuído aos emitentes da área do euro.

A probabilidade de *default* média estimada através das cotações dos *credit default swaps* relativos aos vários emitentes em carteira é superior à que resultaria da utilização de dados históricos de *default* compilados pelas agências de *rating*.

### 2.7. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

O risco cambial incorrido pela Sociedade Gestora resultou maioritariamente da exposição da carteira ao mercado de ações. A percentagem dos ativos da carteira expostos a este risco atingiu um nível médio anual de 4,4%, nível verificado também a 31 de dezembro.

## Exposição da carteira a risco cambial

	Média 2016	31/12/2016
Libras	0.4%	0.1%
Francos Suíços	0.7%	0.7%
lenes	0.7%	0.6%
Dólares dos Estados Unidos da América	1.5%	1.7%
Dólares Australianos	0.1%	0.2%
Dólares Canadianos	0.3%	0.3%
Coroas Suecas	0.3%	0.3%
Outras Moedas	0.5%	0.5%
<b>Exposição Total</b>	<b>4.4%</b>	<b>4.4%</b>

## 2.8. RENTABILIDADE

Durante o ano de 2016, a carteira de ativos próprios da Sociedade Gestora obteve uma rentabilidade de cerca de 0,5%. A componente obrigacionista da carteira apresentou um retorno de 0,3%. A componente acionista obteve uma rentabilidade de 4,2%.

Rentabilidade por classe de ativo  
e zona geográfica da carteira  
da Sociedade Gestora

## Retorno YTD 2016

<b>Obrigações (Taxa Fixa)</b>	<b>0,3%</b>
Bélgica	-0,1%
Espanha	1,0%
França	0,0%
Itália	0,1%
Portugal	0,0%
Estados Unidos da América	0,7%
Supranacional	-0,2%
Paragovernamental	0,1%
Privada	-0,1%
<b>Ações</b>	<b>4,2%</b>
Área do Euro	2,3%
América do Norte	14,9%
Europa exceto Área do Euro	-0,3%
Ásia-Pacífico	-10,6%
Emergentes	14,0%
<b>Total</b>	<b>0,5%</b>

### 3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A 31 de dezembro de 2016, o Ativo Líquido da Sociedade Gestora ascendia a 3.467.800,35 euros, valor que traduz um aumento de 2,3 % face ao registado no final de 2015.

O valor da carteira financeira detida para negociação ascendia no final do exercício a 2.662.344,56 euros, representando 76,8% do ativo líquido, mantendo o elevado relevo na estrutura financeira da Sociedade Gestora.

O Capital Próprio cifra-se em 3.314.351,72 euros, tendo aumentado cerca de 65.470,53 euros, correspondente ao resultado líquido do período. O Capital Próprio agrega o capital realizado no valor de 1.000.000 euros, as reservas legais no montante de 169.831,53 euros e as outras reservas no montante de 2.079.049,66 euros, provenientes da incorporação dos resultados líquidos de exercícios anteriores.

A Sociedade Gestora continua a evidenciar uma elevada solidez financeira, apresentando, no final do exercício, um rácio de cobertura do ativo líquido pelos capitais próprios de 95,6%.

O resultado líquido do exercício registado em 2016 é inferior em cerca de 37,0% ao registado em 2015, em resultado do efeito conjugado de um aumento de encargos e da redução do valor da comissão de gestão.

Ao nível dos rendimentos, destaca-se:

- A redução do valor da comissão de gestão em 151.430,4 euros, que deste modo ascendeu a 2.686.569,96 euros;
- O aumento do valor da rubrica Outros rendimentos e ganhos em cerca de 18.667,04 euros (+41,6%), decorrente do acréscimo de rentabilidade alcançado na gestão da carteira de ativos financeiros.
- Ao nível dos gastos importa referir que:
  - Os encargos com pessoal registaram um aumento de cerca de 2,6% face a 2015, refletindo o aumento salarial acordado para o setor e a integração nos quadros da Sociedade Gestora de novos colaboradores;
  - Os encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram uma diminuição de 11,8 % face ao ano anterior;
  - A realização de elevados investimentos, nomeadamente com a aquisição de equipamentos de suporte ao Plano de Continuidade de Negócios, iniciada ainda no final do exercício de 2014, e com infraestruturas e sistemas de comunicações, continuou a ter o respetivo impacto no aumento dos gastos com amortizações, os quais ascenderam ao total anual de 100.040 euros, representando um acréscimo de 1,2% face ao exercício anterior;
  - O montante despendido com Outros gastos e perdas em 2016 foi inferior ao de 2015, tendo sido reduzido em cerca de 7% para 113.308,20 euros.

### 4. GESTÃO DE RISCO

A avaliação e controlo dos riscos associados à atividade desenvolvida assumem particular relevo no funcionamento da Sociedade Gestora. Esta função é assegurada por uma unidade de estrutura autónoma, responsável pela definição e monitorização dos níveis de tolerância da organização ao risco, nas suas diferentes vertentes. Na vertente financeira,

este objetivo é assegurado através da definição de uma política de investimentos e do acompanhamento do seu cumprimento e da evolução de indicadores de risco de referência. Na vertente operacional, a função de gestão de riscos tem como missão o desenvolvimento e atualização permanente, em conjunto com as restantes unidades de estrutura, do sistema de gestão de risco e controlo interno da Sociedade Gestora, ferramenta através da qual se procede à identificação, avaliação e monitorização dos diferentes riscos, bem como à identificação e implementação de ações de mitigação dos mesmos.

No anexo às demonstrações financeiras, que constituem parte integrante do presente relatório de gestão, são descritos os procedimentos em vigor relativos ao controlo de riscos.

## **5. COMPLIANCE**

Durante o ano de 2016, a Sociedade Gestora manteve o acompanhamento e garantiu o cumprimento da legislação e normas emitidas pela ASF, tendo verificado previamente o cumprimento das obrigações de reporte a entidades externas, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Procedeu-se à revisão dos contratos de gestão e dos contratos constitutivos dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal Benefício Definido e Contribuição Definida.

Atualizou-se a documentação fiscal na posse do custodiante de forma a assegurar a correta tributação dos fundos.

Manteve-se o acompanhamento do cumprimento das obrigações de reporte legais e fiscais.

No âmbito das medidas de prevenção do branqueamento de capitais, manteve-se o procedimento de realizar negócios com contrapartes financeiras com qualidade creditícia reconhecida internacionalmente, e deu-se continuidade ao processo de identificação das contrapartes de imobiliário dando cumprimento ao disposto na Lei 25/2008.

Deu-se cumprimento ao dever de informar a Administração dos factos relevantes ocorridos.

Procedeu-se ao acompanhamento do processo de divulgação de informação aos participantes do Fundo de Pensões de Contribuição Definida, assegurando o cumprimento da legislação.

## **6. MARGEM DE SOLVÊNCIA**

A margem de solvência da Sociedade Gestora, em 31 de dezembro de 2016, correspondia a 128,00% da exigida de acordo com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

## **7. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O ESTADO**

Nos termos do decreto-lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade Gestora não tem dívidas à Segurança Social ou ao Estado.

## **8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Considerando que o resultado líquido do período da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi de 65.470,53 euros, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 3.273,53 euros

Reservas livres: 62.197,00 euros

## 9. NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do período de 2016, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2017

### O Conselho de Administração

#### Presidente

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

#### Administrador

Hélder Manuel Sebastião Rosalino

#### Administrador Delegado

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

## **IV** Demonstrações Financeiras

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo ao Balanço e às Demonstrações dos Resultados**

**Certificação Legal das Contas**

**Parecer do Fiscal Único**

## Balanço em 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	Notas	31-dez-16	31-dez-15
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	236.698,77	263.302,21
Ativos Intangíveis	7	89.826,07	18.862,90
		<b>326.524,84</b>	<b>282.165,11</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	10	6.037,03	16.762,71
Outras contas a receber	11	1.623,23	132.185,67
Diferimentos	12	231.249,14	185.478,62
Ativos financeiros detidos para negociação	13	2.662.344,56	2.545.978,63
Caixa e depósitos bancários	4	240.021,55	227.782,13
		<b>3.141.275,51</b>	<b>3.108.187,76</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.467.800,35</b>	<b>3.390.352,87</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		169.831,53	164.639,59
Outras reservas		2.079.049,66	1.980.402,88
Resultado líquido do período		65.470,53	103.838,72
<b>Total do Capital Próprio</b>	8	<b>3.314.351,72</b>	<b>3.248.881,19</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	14	30.348,87	30.348,87
		<b>30.348,87</b>	<b>30.348,87</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	11	25.499,17	31.183,54
Estado e outros entes públicos	10	40.673,90	22.398,94
Outras contas a Pagar	11	56.926,69	57.540,33
Diferimentos	12	0,00	0,00
		<b>123.099,76</b>	<b>111.122,81</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>153.448,63</b>	<b>141.471,68</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>3.467.800,35</b>	<b>3.390.352,87</b>

(em Euros)

**Contabilista Certificado**  
Paulo José Antunes Jorge

**O Conselho de Administração**  
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho  
Hélder Manuel Sebastião Rosalino  
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2016**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>31-dez-16</b>	<b>31-dez-15</b>
Vendas e serviços prestados	15	2.686.569,96	2.838.000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-989.535,02	-1.121.828,12
Gastos com pessoal	17	-1.413.612,75	-1.378.358,40
Provisões (aumentos/reduções)	14	0,00	-30.348,87
Aumentos/Reduções de justo valor	18	-47.294,36	2.454,92
Outros rendimentos e ganhos	19	63.544,46	44.877,42
Outros gastos e perdas	20	-113.308,20	-121.812,15
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>186.364,09</b>	<b>232.984,80</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	-100.040,48	-98.872,70
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>86.323,61</b>	<b>134.112,10</b>
Juros e gastos similares	22	-326,08	-18,09
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>85.997,53</b>	<b>134.094,01</b>
Imposto sobre rendimento do período	9	-20.527,00	-30.255,29
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>65.470,53</b>	<b>103.838,72</b>

(em Euros)

**Contabilista Certificado**

Paulo José Antunes Jorge

**O Conselho de Administração**

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho  
Hélder Manuel Sebastião Rosalino  
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio		
	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transítados	Resultado líquido do período		Total	
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015</b>	1	1.000.000,00	156.516,67	1.826.067,36	0,00	162.458,44	3.145.042,47	3.145.042,47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3					103.838,72	103.838,72	103.838,72
	4=2+3						103.838,72	103.838,72
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Distribuições		0,00	8.122,92	154.335,52	0,00	-162.458,44	0,00	0,00
Outras operações		0,00	8.122,92	154.335,52	0,00	-162.458,44	0,00	0,00
	5							
	1+2+3+5	1.000.000,00	164.639,59	1.980.402,88	0,00	103.838,72	3.248.881,19	3.248.881,19

(em Euros)

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio		
	Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total	
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016</b>	1	1.000.000,00	164.639,59	1.980.402,88	0,00	103.838,72	3.248.881,19	3.248.881,19
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3				65.470,53	65.470,53	65.470,53	65.470,53
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3					65.470,53	65.470,53	65.470,53
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Distribuições		0,00	5.191,94	98.646,78	0,00	-103.838,72	0,00	0,00
Outras operações	5	0,00	5.191,94	98.646,78	0,00	-103.838,72	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	1+2+3+5	1.000.000,00	169.831,53	2.079.049,66	0,00	65.470,53	3.314.351,72	3.314.351,72

(em Euros)

**Contabilista Certificado**  
Paulo José Antunes Jorge

**O Conselho de Administração**  
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho  
Hélder Manuel Sebastião Rosalino  
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

## Demonstração de Fluxos de Caixa - Período findo em 31 de Dezembro de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	31-dez-16	31-dez-15
Recebimentos de clientes	2.686.569,96	2.706.338,55
Pagamentos a fornecedores	-865.908,72	-883.836,79
Pagamentos ao pessoal	-1.268.814,53	-1.234.344,96
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>551.846,71</b>	<b>588.156,80</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-9.801,31	-80.580,61
Outros recebimentos/pagamentos	-280.842,34	-258.705,09
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>261.203,06</b>	<b>248.871,10</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-55.624,34	-187.595,45
<i>Ativos intangíveis</i>	-89.612,81	-7.657,54
<i>Investimentos financeiros</i>	-3.407.323,24	-10.053.692,58
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
<i>Investimentos financeiros</i>	3.218.996,53	10.158.024,14
<i>Juros e rendimentos similares</i>	82.039,26	4.517,50
<i>Dividendos</i>	2.235,05	2.531,92
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-249.289,55</b>	<b>-83.872,01</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
<i>Juros e gastos similares</i>	-326,08	-18,09
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-326,08</b>	<b>-18,09</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>11.587,43</b>	<b>164.981,00</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>651,99</b>	<b>103,05</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>227.782,13</b>	<b>62.698,08</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>240.021,55</b>	<b>227.782,13</b>

(em Euros)

**Contabilista Certificado**  
Paulo José Antunes Jorge

**O Conselho de Administração**  
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho  
Hélder Manuel Sebastião Rosalino  
Norberto Emílio Sequeira da Rosa

## ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### NOTA 1 - INTRODUÇÃO

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., (“Sociedade Gestora” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede social na Avenida da República nº 57, 7º, em Lisboa, constituída em 3 de julho de 1988, tendo por principal atividade a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., é detida em 97,84% pelo Banco de Portugal, com sede social na Rua do Comércio nº 148, em Lisboa, sendo o restante capital detido por participantes e beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de fundos de pensões, a Sociedade Gestora encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade Gestora é responsável pela gestão dos seguintes fundos:

- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido; e
- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida.

O Associado dos Fundos acima mencionados é o Banco de Portugal, com quem a Sociedade Gestora estabeleceu os respetivos contratos de gestão.

### NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade Gestora, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, no dia 23 de fevereiro de 2017, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### NOTA 3.1 - BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros detidos para a negociação ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### NOTA 3.2 - OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

##### Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. As depreciações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Período de vida útil
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

(em Anos)

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras do período.

### **Ativos Intangíveis**

A Sociedade Gestora reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade Gestora e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são classificadas como finitas ou como indefinidas.

#### *Ativos intangíveis com vida útil finita*

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada dos ativos, variando no caso das aplicações informáticas entre 3 a 6 anos, e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade (ou, alternativamente, *uma indicação de que o valor contabilístico do ativo excede o seu valor recuperável*).

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, nomeadamente programas e licenças, registadas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo todos os encargos necessários para colocar cada aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

#### *Ativos intangíveis com vida útil indefinida*

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados mas, quando aplicável, são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade.

A Sociedade Gestora não detém ativos intangíveis com vidas indefinidas.

### **Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias, entre os montantes ativos e passivos, que resultam da divergência entre os critérios contabilístico e fiscal.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que, de acordo com toda a informação disponível, se espera que estarão em vigor à data da reversão das referidas diferenças.

### **Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

### **Outras Contas a Receber**

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao justo valor, deduzido de eventuais imparidades.

### **Diferimentos Ativos e Passivos**

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

### **Ativos Financeiros Detidos para Negociação**

Estes ativos são adquiridos com o intuito de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como à análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

### **Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos e o valor da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

**Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo valor de custo.

**Outras Contas a Pagar**

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

**Reconhecimento de Rendimentos e Gastos**

O registo dos rendimentos e gastos é efetuado de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade Gestora os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

**Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

**Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5%.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de 5 anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são registados em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- i. Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- ii. Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de fevereiro de 2017, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

#### **NOTA 3.3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, créditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração.

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade Gestora e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade Gestora é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que podem existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade Gestora, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade Gestora e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### *Provisões*

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros.*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos ativos não correntes*

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A Sociedade Gestora revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento dos testes de imparidade em ativos intangíveis de vida útil indefinida. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade Gestora.

#### *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade Gestora quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade Gestora, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **NOTA 3.4 - PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Não foram identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade Gestora.

#### **NOTA 3.5 - PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

#### **NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-dez-16	31-dez-15
Caixa	750,00	750,00
Depósitos à ordem	239.271,55	202.288,23
Depósitos - Penhoras	0,00	24.743,90
	<b>240.021,55</b>	<b>227.782,13</b>

(em Euros)

O valor registado em Depósitos – Penhoras, em 31 de dezembro de 2015, relacionado com um processo judicial ainda em curso, foi desmobilizado em 2016.

#### NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2016, não foram alteradas políticas contabilísticas que afetassem as demonstrações financeiras da Sociedade Gestora nem efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

#### NOTA 6 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis, incluindo as respetivas depreciações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>				
Equipamento Básico	371.492,13	7.711,11	0,00	379.203,24
Equipamento Administrativo	684.577,82	47.076,29	389,06	731.265,05
Outros Ativos Tangíveis	92.643,23	0,00	0,00	92.643,23
	<b>1.148.713,18</b>	<b>54.787,40</b>	<b>389,06</b>	<b>1.203.111,52</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>				
Equipamento Básico	212.920,04	43.711,32	0,00	256.631,36
Equipamento Administrativo	594.435,31	35.183,45	389,06	629.229,70
Outros Ativos Tangíveis	78.055,62	2.496,07	0,00	80.551,69
	<b>885.410,97</b>	<b>81.390,84</b>	<b>389,06</b>	<b>966.412,75</b>
<b>Total</b>	<b>263.302,21</b>	<b>-26.603,44</b>	<b>0,00</b>	<b>236.698,77</b>

(em Euros)

#### NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2016 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>				
Programas de Computador	810.426,74	48.765,73	0,00	859.192,47
Investimentos em curso (software)	0,00	40.847,08	0,00	40.847,08
	<b>810.426,74</b>	<b>89.612,81</b>	<b>0,00</b>	<b>900.039,55</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>				
Programas de Computador	791.563,84	18.649,64	0,00	810.213,48
	<b>791.563,84</b>	<b>18.649,64</b>	<b>0,00</b>	<b>810.213,48</b>
<b>Total</b>	<b>18.862,90</b>	<b>70.963,17</b>	<b>0,00</b>	<b>89.826,07</b>

(em Euros)

Os ativos intangíveis em curso estão relacionados com a implementação de um novo sistema informático.

#### NOTA 8 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

Titularidade	Ações Detidas	%
Banco de Portugal	195.699	97,85%

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

#### NOTA 9 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A taxa efetiva de imposto sobre rendimento de capitais (IRC) em 2016 e 2015 foi a seguinte:

	31 dez. 2016		31 dez. 2015	
<b>Resultados antes de impostos</b>		85.997,53		134.094,01
Imposto com base na taxa nominal	21,00%	18.059,48	21,00%	28.159,74
Derrama	1,50%	1.289,96	1,50%	2.014,99
Tributação autónoma	0,00%	-	0,02%	30,40
Outros	1,37%	1.177,56	0,04%	50,15
<b>Imposto registado na conta de ganhos e perdas</b>	<b>23,87%</b>	<b>20.527,00</b>	<b>22,56%</b>	<b>30.255,29</b>

(em Euros)

**NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

	<b>31-dez-16</b>	<b>31-dez-15</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Imposto sobre o rendimento	6.037,03	16.762,71
	<b>6.037,03</b>	<b>16.762,71</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Retenção de Impostos	10,00	0,00
Imposto sobre o Valor acrescentado	31.673,06	22.343,71
Outros Impostos	8.990,84	55,23
Contribuições para a Segurança social	0,00	0,00
	<b>40.673,90</b>	<b>22.398,94</b>

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo “Atividades de Gestão de Fundos” - CAE 66300, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos.

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Os registos contabilísticos referidos são efetuados nas demonstrações financeiras do período de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos sobre o Rendimento”.

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2016, no montante total de 26.556,18 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante de 7,85 euros, relativas a rendimentos obtidos pela detenção de dívida emitida por entidades residentes.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, sendo que as declarações da Segurança Social podem ser revistas durante um período de 5 anos. Às declarações revistas e corrigidas aplicam-se as exceções previstas na Lei.

A Administração da Sociedade Gestora considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos períodos passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apenas são registados ativos por impostos diferidos se existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

**NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER, A PAGAR E DE FORNECEDORES**

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Banco de Portugal - Associado	1.099,01	131.661,45
Comissão de Custódia a Receber	0,00	0,00
Cauções Prestadas	524,22	524,22
	<b>1.623,23</b>	<b>132.185,67</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Fornecedores c/c	25.499,17	31.183,54
Fornecedores de Investimentos	2.662,41	3.499,35
Remunerações a Liquidar	0,00	0,00
Serviços de Auditoria	9.471,00	9.471,00
FSE a Liquidar	500,52	1.716,81
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	44.292,76	42.853,17
	<b>82.425,86</b>	<b>88.723,87</b>

(em Euros)

O valor de 1.099,01 euros registado no ativo corresponde ao montante relativo ao pagamento duma fatura referente ao redébito dos custos referentes à Bloomberg, que foi liquidada pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2016.

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

**NOTA 12 – DIFERIMENTOS**

A rubrica de Diferimentos descreve-se como se segue:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Equipamento informático e outros	16.611,97	4.406,38
Software e Custos de Manutenção	187.973,01	135.401,04
Assinaturas e Documentação Técnica	1.106,79	1.092,40
Seguros	3.838,67	3.795,55
Rendas e Alugueres	20.179,05	40.225,65
Outros	1.539,65	557,60
	<b>231.249,14</b>	<b>185.478,62</b>

(em Euros)

### NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do período de 2016, era composta conforme o quadro seguinte:

	31-dez-16						31-dez-15
	Moeda	Quantidade	Valor aquisição *	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
<b>Ativos Financeiros Detidos para Negociação</b>							
Bilhetes do Tesouro	EUR	266.000,00	266.012,67	53,51	0,00	266.066,18	604.496,45
Títulos do Tesouro	EUR	1.388.000,00	1.508.283,22	-28.452,77	11.973,74	1.491.804,19	1.122.917,57
Obrigações Diversas	EUR	121.000,00	138.811,10	-1.030,24	589,83	138.370,69	0,00
Títulos de Dívida Supranacionais e Paragovernamentais	EUR	612.000,00	628.871,78	-4.998,26	4.644,58	628.518,10	656.485,12
FIM	EUR	3.381,00	128.157,01	9.428,39	0,00	137.585,40	162.079,49
<b>Total</b>		<b>2.390.381,00</b>	<b>2.670.135,78</b>	<b>-24.999,37</b>	<b>17.208,15</b>	<b>2.662.344,56</b>	<b>2.545.978,63</b>

\* Corresponde ao custo de aquisição para os títulos adquiridos em 2016 e ao valor de mercado, em 31 de dezembro de 2015, para os restantes títulos

(em Euros)

31-dez-16

	Quantidade	Valor aquisição *	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço
<b>Bilhetes do Tesouro</b>					
Portuguese Treasury Bill 2017/07/21	266.000,00	266.012,67	53,51	0,00	266.066,18
	<b>266.000,00</b>	<b>266.012,67</b>	<b>53,51</b>	<b>0,00</b>	<b>266.066,18</b>
<b>Obrigações Diversas</b>					
PROCTER&GAMBLE Bond 2020/12/07 4.125 PCT	100.000,00	117.193,00	-783,00	271,23	116.681,23
RABOBANK Bond 2018/01/15 4.75 PCT	7.000,00	7.593,04	-241,71	318,87	7.670,20
MERCK Bond 2017/09/01 FRN	7.000,00	7.005,46	-1,75	-0,49	7.003,22
SAPSE Bond 2018/11/20 FRN	7.000,00	7.019,60	-3,78	0,22	7.016,04
	<b>121.000,00</b>	<b>138.811,10</b>	<b>-1.030,24</b>	<b>589,83</b>	<b>138.370,69</b>
<b>Títulos do Tesouro</b>					
Spanish Government Bond 2018/10/31 3.75 PCT	492.000,00	540.361,03	-11.731,63	3.083,42	531.712,82
Spanish Government Bond 2019/01/31 0.25	19.000,00	19.101,46	74,29	44,13	19.219,88
Buoni Ordinari del Tesoro 2019/02/01 4.25 PCT	499.000,00	560.054,64	-16.069,79	8.759,60	552.744,45
French Government CTZ 2021/05/25	302.000,00	307.323,65	-1.128,05	0,00	306.195,60
French CPI-linked Treasury Bond (O.A.T.) 2019/07/25 0.25 PCT	76.000,00	81.442,44	402,41	86,59	81.931,44
	<b>1.388.000,00</b>	<b>1.508.283,22</b>	<b>-28.452,77</b>	<b>11.973,74</b>	<b>1.491.804,19</b>
<b>Títulos de Dívida Supranacionais e Paragovernamentais</b>					
ERSTE Abwicklungsanstalt Bond 2017/08/30 1.125 PCT	300.000,00	305.853,00	-2.772,00	1.137,33	304.218,33
EFSF Sovereign Bond 2017/05/15 2 PCT	12.000,00	12.238,60	-127,60	151,23	12.262,23
EFSF Sovereign Bond 2018/04/16 0.875 PCT	77.000,00	78.436,05	-92,40	478,09	78.821,74
European Investment Bank Bond 2017/10/15 4.75 PCT	40.000,00	42.780,40	-1.100,40	400,82	42.080,82
European Investment Bank Bond 2018/03/15 2.625 PCT	100.000,00	104.197,00	-439,00	2.092,81	105.850,81
European Investment Bank Bond 2018/07/13 1 PCT	83.000,00	85.366,73	-466,86	384,30	85.284,17
	<b>612.000,00</b>	<b>628.871,78</b>	<b>-4.998,26</b>	<b>4.644,58</b>	<b>628.518,10</b>
<b>Fundos de Investimento Mobiliário</b>					
ETF - Ishares MSCI Australia	232,00	4.037,70	399,11	0,00	4.436,81
ETF - Canada: S&P/TSE 60 Index	498,00	6.378,47	1.554,12	0,00	7.932,59
ETF - Credit Suisse SMI	257,00	20.653,07	-711,83	0,00	19.941,24
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (Germany)	68,00	4.318,09	222,27	0,00	4.540,36
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (Luxembourg)	334,00	11.563,07	21,72	0,00	11.584,79
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (France)	16,00	518,29	-4,61	0,00	513,68
ETF - Ishares MSCI Japan	399,00	16.504,78	1.926,28	0,00	18.431,06
ETF - Sweden: OMX Index	491,00	8.358,01	415,62	0,00	8.773,63
ETF - Ishares MSCI Singapore	207,00	4.040,76	-138,83	0,00	3.901,93
ETF - Powershares QQQ Nasdaq 100	67,00	6.942,07	567,79	0,00	7.509,86
ETF - Powershares QQQ S&P 500 Low Volatility	295,00	11.067,30	534,04	0,00	11.601,34
ETF - Dow Jones Industrial Average 30	44,00	7.065,92	1.153,54	0,00	8.219,46
ETF - S&P 500	81,00	15.258,27	1.867,18	0,00	17.125,45
ETF - MSCI Emerging Markets (Deutsche Bank)	392,00	11.451,21	1.621,99	0,00	13.073,20
	<b>3.381,00</b>	<b>128.157,01</b>	<b>9.428,39</b>	<b>0,00</b>	<b>137.585,40</b>
<b>Total</b>	<b>2.390.381,00</b>	<b>2.670.135,78</b>	<b>-24.999,37</b>	<b>17.208,15</b>	<b>2.662.344,56</b>

\* *Corresponde ao custo de aquisição para os títulos adquiridos em 2016 e ao valor de mercado, em 31 de dezembro de 2015, para os restantes títulos*

(em Euros)

**NOTA 14 – PROVISÕES**

O movimento na rubrica de provisões foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos Judiciais em curso	30.348,87	0,00	0,00	0,00	30.348,87
<b>Total</b>	<b>30.348,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.348,87</b>

No exercício de 2015, a Sociedade Gestora constituiu uma provisão, no valor de 30.348,87 euros, para cobrir eventuais gastos com um processo judicial. O valor da referida provisão corresponde ao valor da ação judicial, a qual foi interposta em 2002. Não obstante o processo não ter tido qualquer desenvolvimento desde 2008, verificaram-se em 2015 um conjunto de atos processuais judiciais, que no fecho do exercício se encontravam em fase de recurso. Com base nos desenvolvimentos judiciais, ocorridos em 2016, considera-se que o valor final não irá divergir de forma materialmente relevante ao montante provisionado.

**NOTA 15 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

A comissão de gestão de 2016 foi fixada em 2.686.569,96 euros, valor inferior em 151.430,04 euros, face ao montante recebido em 2015.

**NOTA 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

No final dos respetivos períodos, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>		
Serviços Especializados	594.424,22	718.941,50
Materiais	6.218,13	4.132,36
Energia e Fluídos	30.748,80	26.422,28
Deslocações e Estadas e Transportes	7.716,37	11.472,57
Serviços Diversos	350.427,50	360.859,41
	<b>989.535,02</b>	<b>1.121.828,12</b>

(em Euros)

Os valores registados em Serviços Especializados representam essencialmente custos associados a contratos de licenciamento de *software* (329.764,38 euros), a contratos de manutenção de *software* (146.909,37 euros), contratos de assistência técnica de *software* e *hardware* (32.622,58 euros), bem como a serviços de consultoria, técnica, jurídica e informática (59.803,38 euros).

A rubrica de Serviços Diversos respeita sobretudo a valores suportados com rendas e alugueres e despesas comuns, no valor de 241.245,05 euros.

**NOTA 17 – GASTOS COM PESSOAL**

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-16	31-dez-15
Remunerações do Pessoal	1.401.243,56	1.357.404,71
Encargos com Remunerações	0,00	857,38
Outros	12.369,19	20.096,31
	<b>1.413.612,75</b>	<b>1.378.358,40</b>

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde maioritariamente aos montantes reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, essencialmente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

**NOTA 18 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR**

As perdas e os ganhos provenientes da variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Aumentos/Reduções de Justo Valor</b>		
Perdas por redução do justo valor	-64.897,28	-48.096,61
Ganhos por aumentos do justo valor	17.602,92	50.551,53
	<b>-47.294,36</b>	<b>2.454,92</b>

(em Euros)

**NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Rendimentos e ganhos em alienações	2.708,74	2.733,79
Correções de exercícios anteriores	1.985,71	1.259,28
Juros e dividendos obtidos	58.848,29	40.874,28
Outros	1,72	10,07
	<b>63.544,46</b>	<b>44.877,42</b>

(em Euros)

**NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS**

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
Impostos Indirectos	51.495,21	65.914,05
Taxas	49.176,26	45.197,24
Gastos e perdas em alienações	1.691,63	950,87
Correções de exercícios anteriores	410,61	509,46
Quotizações	10.525,00	9.100,00
Insuficiência na estimativa de impostos	0,00	139,73
Taxas e outras despesas financeiras	9,49	0,80
	<b>113.308,20</b>	<b>121.812,15</b>
		(em Euros)

Os encargos registados em taxas estão relacionados com a taxa a favor da Autoridade de Supervisão dos Seguros e dos Fundos de Pensões, que incide sobre o valor das contribuições recebidas pelos fundos de pensões.

**NOTA 21 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização no período de 2016 registou os montantes relativos a gastos com as depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis de, respetivamente, 81.390,84 euros (Nota 6) e 18.649,64 euros (Nota 7).

**NOTA 22 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS**

No final dos períodos de 2016 e 2015, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Juros e Gastos Similares</b>		
Juros Suportados	-326,08	-18,09
	<b>-326,08</b>	<b>-18,09</b>
		(em Euros)

Os gastos de financiamento incluem os juros pagos por descobertos pontuais resultantes de operações não liquidadas na data respetiva.

**NOTA 23 – PARTES RELACIONADAS**

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com entidades relacionadas

	31-dez-16	31-dez-15
<b>Gastos com Pessoal</b>		
Cedência de Pessoal	1.410.029,86	1.359.314,21
<b>Serviços com Comissão de Gestão</b>		
Remuneração de Gestão	2.686.569,96	2.838.000,00
<b>Rendas suportadas</b>		
Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido	241.014,41	241.401,56

(em Euros)

De acordo com informação prestada na nota 11, em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade Gestora tinha a receber do Banco de Portugal 1.099,01 euros. Este montante foi liquidado pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2016.

Na rubrica “Fornecedores c/c”, constante da Nota 11, encontra-se registado o montante 20.077,59 euros, referente à renda, de fevereiro de 2016, devida ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

**NOTA 24 – REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2016.

O órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Fiscal Único, é representado pela KPMG & Associados, SROC, S.A., que auferiu uma remuneração no valor de 11.200 euros, sendo 9.600 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 1.600 euros para remunerar a realização do relatório do revisor oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e controlo interno, aos quais acresce IVA a taxa legal em vigor, com referência ao período de 2016.

**NOTA 25 – GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS**

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e de liquidez:

- I) O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos através de *exchange traded funds*. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes blocos geográficos;
- II) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- III) O risco cambial decorre essencialmente da exposição a *exchange traded funds* sobre índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro,

apesar de estes terem uma expressividade reduzida;

IV) O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;

V) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

## V Certificação Legal das Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
 Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
 1069-006 Lisboa - Portugal  
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.467.800 euros e um total de capital próprio 3.314.352 euros, incluindo um resultado líquido de 65.471 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2017

KPMG & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

## VI Parecer do Fiscal Único



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2016, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e,



- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

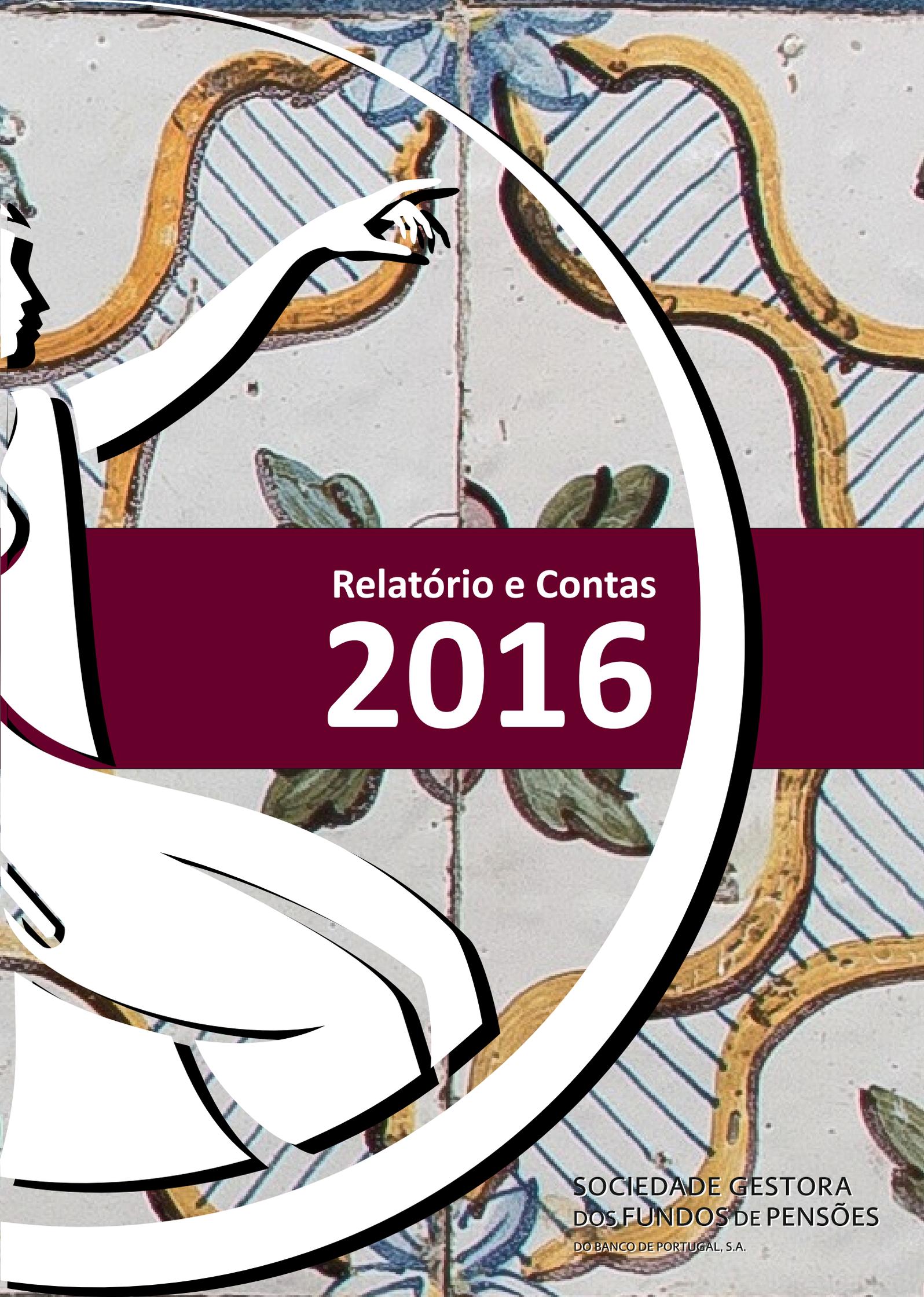
- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2016;  
b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 28 de março de 2017

#### O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



Relatório e Contas  
**2016**

SOCIEDADE GESTORA  
DOS FUNDOS DE PENSÕES  
DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.